

Fração José, Natália

Imagem e poder: considerações iniciais acerca das imagens discursivas sobre Augusto nas biografias e histórias do Principado Romano (séculos I a.C. A III d.C.)

De Rebus Antiquis Año 4 N° 4, 2014

Este documento está disponible en la Biblioteca Digital de la Universidad Católica Argentina, repositorio institucional desarrollado por la Biblioteca Central "San Benito Abad". Su objetivo es difundir y preservar la producción intelectual de la Institución.

La Biblioteca posee la autorización del autor para su divulgación en línea.

Cómo citar el documento:

Fração José, Natália. "Imagem e poder : considerações iniciais acerca das imagens discursivas sobre Augusto nas biografias e histórias do Principado Romano (séculos I a.C. A III d.C.)" [en línea], *De Rebus Antiquis* 4 (2014).
Disponibile en: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/imagem-poder-augusto-biografias.pdf> [Fecha de consulta:.....]

IMAGEM E PODER: CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DAS IMAGENS
DISCURSIVAS SOBRE AUGUSTO NAS BIOGRAFIAS E HISTÓRIAS DO
PRINCIPADO ROMANO (SÉCULOS I A.C. A III D.C.)^{*}

NATÁLIA FRAZÃO JOSÉ^{*}
LEIR/ UNESP-Franca

Abstract: Through this article, we propose to analyze some initial considerations about the discursive images of Augustus in the Biographies and Histories of the Roman Principate, I b.C. to III a.C. For that reason, we selected the work of Velleius Paterculus, Roman History (I b.C. - I a.C.), the biographies of Plutarch of Chaeronea, Caesar and Anthony (I and II a.C.), the biographies of Caius Suetonius Tranquillus, The Divine Julius and the Divine Augustus (I and II a.C.), the manuscripts of Lucius Florus, Epitome of Titus Livius (I and II a.C.), and, finally, the work of Dion Cássio, Roman History (II and III a.C.).

Keywords: *Roman Principate – Augustus – Discursive Images – History’s – Biographies*

Abstract: Neste artigo, propomo-nos a analisar algumas considerações iniciais acerca das imagens discursivas sobre Augusto nas Biografias e Histórias do Principado Romano, séculos I a.C. a III d.C. Para isto, selecionamos a obra de Veléio Patérculo, História Romana (séculos I a.C. - I d.C.), as biografias de Plutarco de Queroneia, César e Antônio (séculos I e II d.C.), as biografias de Caio Suetônio Tranquilo, O Divino Júlio e o Divino Augusto (séculos I e II d.C.), os escritos de Lúcio Anneu Floro, Epítome de Tito Lívio (séculos I e II d.C.), e, por fim, a obra de Dion Cássio, História Romana (século II e III d.C.).

Palabras Clave: *Principado Romano – Augusto – Imagens Discursivas – Histórias – Biografias*

^{*} Gostaria de agradecer esta oportunidade à minha orientadora, Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho, a Profa. Graciela Gómez Aso (Diretora do PEHG - UCA) e a querida amiga Lorena Esteller.

^{*} Pesquisadora do Grupo do LEIR/ UNESP-Franca (Grupo do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano); Mestre em História; Doutoranda em História – Bolsista FAPESP; Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP - Campus Franca, São Paulo – Brasil. Orientadora: Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho.

As análises em torno das construções da imagem de Augusto são bastante profícuas, sendo realizadas em diversas épocas, com motivações e repercussões múltiplas. Pesquisadores como Pierre Grimal¹, Susan Walker, Andrew Burnett², Paul Zanker³ e Diane Favre⁴, entre outros, direcionam seus olhares para a figura deste *Princeps*, para os discursos imagéticos e textuais que permearam as criações de sua *persona*. Obras de diferentes autores inseridos no arco cronológico do Principado Romano, tais como a *Eneida* de Vírgilio, ou mesmo as obras de Horácio, como as suas *Epodes* ou as *Elegias* de Propércio, entre muitas outras, servem de objeto para as pesquisas de tais estudiosos que pretendem enxergá-las como construções capazes de propagar determinadas concepções, elaboradas dentro de sociedades específicas e com várias finalidades.

Desta forma, a diversidade de escritos sobre esse homem romano torna possível a existência de inúmeros Augustos, representações elaboradas em diversos períodos, frutos de criadores distintos. Durante nossa Iniciação Científica e Mestrado⁵, conseguimos perceber que certos autores, que pertencem ao período do Principado Romano, fazem uso das imagens de Júlio César e Marco Antônio para construir representações em torno de Augusto, construções estas que são frutos de suas épocas e que possuem objetivos próprios.

Quando Júlio César faleceu nos Idos de Março do ano de 44 a.C., o seu sobrinho neto, Caio Otávio, contava com pouco mais de dezoito anos. A princípio, como ressalta o pesquisador Zanker (1989: 31), não parecia ter grandes chances

¹ Trata-se da obra *Vírgilio e o Segundo Nascimento de Roma*, cuja primeira publicação é datada de 1985.

² Susan Walker e Andrew Burnett são os autores de uma obra, publicada em 1981, intitulada *The Image of Augustus*.

³ Em sua obra *The Power of Images in the Age of Augustus*, datada de 1988.

⁴ Em seus estudos intitulados *The Urban Image of Augustan Rome*, de 1996.

⁵ Destacamos que nossa pesquisa de doutoramento apresenta certa continuidade com as pesquisas desenvolvidas durante a Iniciação Científica, intitulada *As relações político-amorosas de Cleópatra VII como os militares romanos Júlio César e Marco Antônio: O testemunho de Plutarco* (realizado com o fomento da FAPESP, processo nº07/5009-8), e Mestrado, intitulada *A Construção da Imagem do Imperador Augusto nas Obras de Veléio, Plutarco e Suetônio* (realizado com o fomento da FAPESP, MS1 e MS2, processo nº2009/10941-1), ambas com a orientação da Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho. A nossa decisão de dar continuidade à nossa pesquisa foi orientada, principalmente, pelos conselhos da Banca de Defesa de Mestrado e do assessor da bolsa de Mestrado FAPESP.

de vir a desempenhar um papel relevante no complexo jogo político romano. Sua jovem imagem aparecia, de certa forma, apagada. Até então, não se constituía em uma figura imponente, não possuía nenhuma reputação pública ou, ao menos, algum prestígio militar. Com efeito, como nos mostra Karl Galinsky (1996: 21), no campo da vida pública, Otávio não possuía nenhuma experiência, estatuto ou influência: era, de resto, muito jovem para tal. Para além disso, mesmo a sua constituição física não lhe atribuía nenhuma atenção: era de estatura baixa, de corpo frágil e já então debilitado pelo assombro de algumas enfermidades. No campo militar, não havia desempenhado, até então, grandes funções. Ainda segundo o autor supracitado, o jovem filho de Átia e de Otávio teria acompanhado seu tio-avô Júlio César durante algumas campanhas na Hispânia, onde suas façanhas foram de pouca repercussão. Ainda, de acordo com o autor, Otávio, após participar de tais disputas, teria sido enviado a Apolônia, onde usufruiu de ensinamentos sobre as artes liberais e também sobre os artifícios da retórica, lá permanecendo até a morte de seu futuro pai adotivo.

Caio Júlio César é um importante personagem político do cenário republicano romano. Nasceu no seio de uma antiga família de patrícios, os *Iulii Caesarii*, por volta de 100 a.C.⁶. Era herdeiro de Mário, opositor a Sila. Segundo Luciano Canfora (2002: 34), Júlio César desempenhou inúmeras funções: iniciou carreira militar desde muito jovem, passando a desempenhar diversos cargos e magistraturas no seio da administração romana. Com isso, ascendeu politicamente, militarmente e socialmente. Como nos mostra Zvi Yavetz (1983: 44), César demonstrou-se um excelente estrategista político, característica essa que pode ser exemplificada pela formação do Primeiro Triunvirato Romano, onde passou a figurar como um dos principais homens em meio à sociedade romana. Por conseguinte, é após a desagregação deste pacto governamental, que as ações de César aparecem com maior destaque. Nesse momento, sendo o único, com

⁶ Autores antigos, como Veléio (*História Romana* 2.41) e Plutarco (*César* 69,1), colocam seu nascimento no mês de julho, entre os dias 12 e 13. O nome deste mês seria em sua homenagem.

exceção ao senado, frente ao governo de Roma, inicia as bases do sistema político que, a partir de seu herdeiro, viria a ser chamado de Principado Romano.

Neste cenário, também podemos encontrar a figuração de Marco Antônio. Este, como salientam Andrew Littot (1994: 13) e Sandra Marchetti (2004: 10), nascido por volta de 83 a.C., era filho de Marco Antônio Crépido, neto do orador Marco Antônio assassinado por Mário, em 86 a.C. Sua mãe, Júlia Antônia, era uma prima distante de Caio Júlio César. De acordo com Eleanor Huzar (1978: 23), a primeira função militar desempenhada por Antônio é sob o comando de Aulo Gabínio, em uma missão em terras sírias. A partir de então, tal personagem teria se destacado nos inúmeros campos de batalha, conquistando, por conseguinte, um lugar em meio às tropas de Caio Júlio César.

Suas habilidades e competência nos assuntos militares o elevam a um papel de destaque dentro do exército o que faz com que, segundo John Ramsey (2003: 551), Antônio e César criem uma certa relação de amizade. O militar romano transforma-se em uma espécie de braço direito de César, passando a assisti-lo em inúmeros assuntos, participando e comandando muitas operações militares do general. Ao fazer parte do círculo mais íntimo de César, coloca-se em evidência perante a sociedade de seu tempo e, sob a influência do general, começa a adquirir seus primeiros cargos políticos, tais como a nomeação como cônsul⁷, magistratura que desempenhava no momento do assassinato de César e que o colocava em destaque, nesse momento, em meio à administração romana. Seus traços físicos, assim como sua força e virilidade, são elementos que aparecem evidenciados tanto nas descrições antigas, de autores romanos (tais como o próprio Plutarco), quanto na historiografia atual. Isso porque, desde o período em

⁷ Magistratura suprema estabelecida pelos *comícios curiatis*. Os cônsules, sempre eram eleitos dois, agiam depois de consultar o Senado, tendo o direito de convocá-lo e presidi-lo, assim como executar seus decretos e apresentar propostas de leis. Também podiam convocar comícios e presidi-los. Podiam concluir tratados com os inimigos em prévio acordo com o Senado; recebiam e apresentavam à instituição senatorial soberanos e embaixadores estrangeiros. No âmbito militar, podiam mobilizar legiões, fixar o contingente dos aliados, comandar o exército e dirigir as operações militares.

que viveu, parece-nos haver um certo senso comum sobre suas atribuições físicas, as quais sempre o colocam como um homem de bela presença. Senso este que perdurou por séculos, sendo assimilado e representado de inúmeras formas, chegando aos dias atuais.

Em suma, no momento em que o jovem Otávio chega a Roma, este não apresentava nenhuma das características de Júlio César ou mesmo de Marco Antônio, homem em plena ascensão nos meios político e militar romano. Assim, Otávio terá que construir sua imagem pública e política de uma forma totalmente distinta. Se nada possuía no campo da intervenção na vida pública, do prestígio junto ao povo ou na aristocracia romana, do brilho militar ou nos desempenhos de atividades institucionais, fará uso de outros recursos da vida política: utilizará da legitimação através das heranças hereditárias e tradicionais romanas.

Para Paulo Alberto (2004:34), o fato de Júlio César tê-lo adotado, meses antes de morrer, em seu testamento, conferia a Otávio, além da herança de seus espólios e bens materiais, o status de herdeiro político. Este pode ter sido um dos principais elementos para a ascensão política, social, econômica e militar daquele que agora passará a ser chamado de Caio Júlio César Otaviano. Por conseguinte, esta hereditariedade será explorada até as suas últimas consequências. Como salienta mais uma vez Zanker: “Quando Caio Otávio entrou na disputa por seu legado em 44 a.C., com a idade de dezoito anos, sua única vantagem era o nome de seu tio-avô e pai adotivo, César.” (1989: 33).

Desta maneira, logo a princípio, além de adotar o nome de César, o já Otaviano passa a assumir o papel de filho que vingará o pai e que possui a intenção de dar continuidade em seus projetos. Este estatuto de filho de César e, na prática, de seu continuador, era, pois, em nossa visão, uma das questões de maior importância para sua sobrevivência política, sendo um dos elementos que possibilitou a ascensão política do já denominado Otaviano.

Tal aspecto ainda é explicitado pela forma através da qual o jovem fez uso do nome que a adoção lhe conferiu: Caio Júlio César Otaviano. Após a sua instituição testamentária como filho de César, passa a omitir o cognome de

Otaviano, passando a se autodenominar como Caio Júlio César, ou seja, o nome César que ascendia ao poder. Ao fazer uso de tal nome, dentro desses parâmetros, o herdeiro usufruía ainda mais da herança e da memória política e social que seu tio lhe deixara. Era um nome que transmitia todo seu poder e legitimação. Ainda, para a pesquisadora Anna J. Clark (2007: 206), após a deificação de César, em 42 a.C., o seu herdeiro passou a intitular-se como *Divi Iulii Filius*, ou seja, filho do Divino Júlio, atribuindo-se, desta forma, elementos do âmbito mítico e religioso. Assim, a divinação de César constituiu-se em um dos fatores fundamentais para a ascensão política daquele que clamava ser seu herdeiro.

Ciente da importância da divinização de César, Otaviano nunca deixou de promover o culto ao Divino Júlio, erguendo em sua homenagem templos, realizando jogos e promovendo ritos, inclusive em territórios estrangeiros. Para Werner Eck (1998: 6), assim como para Jean-Pierre Néraudau (1996: 42), ao utilizar-se do caráter divino de César, Otaviano pretendia demonstrar a imagem de *pietas* para com o pai e, simultaneamente, para com o deus.

Ser legatário de César, além disso, trazia consigo uma implicação no plano cultural e simbólico. Colocava-o, para além de herdeiro de César, herdeiro dos Júlios, família que atestava possuir ligações ancestrais com Vênus e Anquises⁸, uma deusa e um herói. Este aspecto, de grande importância para a sociedade romana, também foi de muita utilidade para o jovem que pretendia ascender ao poder, uma vez que se colocava perante seus cidadãos como pertencente a uma linhagem nobre, a qual descendia dos deuses. Assim, o futuro Augusto irá explorar de forma decisiva sua ascendência mítica, a memória sobre a sua família, sobre seus antepassados.

Toda essa construção cultural e ideológica⁹ será transmitida pelo herdeiro de César por meio de vários artifícios. Dentre estes, podemos encontrar a

⁸ Na mitologia greco-romana, *Anquises* foi um príncipe troiano, primo do rei *Príamo*. Era tido como o amante mortal de Vênus (Afrodite para os gregos), e, com ela, gerou Enéias, sobrevivente da guerra de Tróia e antepassado de Rômulo e Remo, fundadores de Roma.

⁹ Entendemos por *ideologia* um conjunto articulado de ideias, valores, opiniões, crenças, etc. que expressam e reforçam as relações que conferem unidade a um determinado grupo social (classe,

construção de templos, de monumentos e de outros elementos arquitetônicos capazes de comunicar as ligações existentes entre o futuro governante e seu antepassado César, além de também divulgar a concepção do jovem César como descendente dos deuses e heróis. Por conseguinte, tais construções serão difundidas por outros meios, tais como as produções literárias, históricas e artísticas. Desta forma, constroem-se imagens acerca da figura de Otaviano, ao mesmo tempo que são criadas imagens em torno da figura de César e de Antônio. Estas mesmas acepções ideológicas serão utilizadas para legitimar o governo do herdeiro de César em toda Roma. Entendemos legitimar em seu sentido mais amplo, o de tornar legítimo, fazer reconhecer como autêntico um poder, um título, uma dada situação. Logo, concordamos com a visão apresentada por Ana Teresa Marques Gonçalves (1991: 83), que todo poder busca ser legítimo, ou seja, busca a adesão daqueles que o obedecem.

O vocábulo *poder* assinala a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir ações e comportamentos. Desta forma, torna-se legítimo o poder que age com a adesão do corpo social ou, ao menos, com o apoio de determinados grupos sociais (GONÇALVES, 1991: 83).

Contudo, na análise do poder, deve-se levar em consideração, como destaca Georges Balandier (1982: 8), o plano simbólico e o imaginário, pois estes são fundamentais para a legitimação do governante e de sua autoridade. Um poder nunca é unicamente coercitivo. Ele só se mantém e se legitima perante a sociedade mediante a produção de imagens, pela manipulação de símbolos, logo, explorando-se o imaginário. Tais operações são realizadas de maneiras diversas, por meio de vários instrumentos e em meio a inúmeras instâncias.

Portanto, torna-se possível notar que um poder não se coloca socialmente e politicamente através de uma força coercitiva. Para sua legitimação e, por

partido político, seita religiosa, etc.), seja qual for o grau de consciência que disso tenham seus portadores; ou podemos definir, também, como o conjunto de ideias próprias de um grupo, de uma época, e que traduzem uma situação histórica. Tal conceito adéqua-se aos nossos estudos, uma vez que nossos autores são pertencentes a grupos sociais favorecidos e, por este motivo, podem partilhar de concepções bem próximas.

consequente, aceitação por pelo menos parte da sociedade, também se faz necessário dispor de elementos ideológicos que justifiquem os atos e as opções de governo do detentor do poder (GONÇALVES, 1991: 84). Para isto, faz uso de um sistema de signos e emblemas, imagens e representações ideológicas que são transformados em fatores determinantes da concepção social. Ainda, este mesmo poder, em sua função legitimadora, reveste-se de várias roupagens, sendo compreendido, dessa maneira, a partir de inúmeros pontos de vista.

É com base nos usos destes elementos, que Otaviano passa a colocar-se perante a sociedade romana, legitimando-se como herdeiro de César, usufruindo também destas construções para combater seus oponentes e demais homens que visavam o poder em Roma. Logo, neste momento, é que podemos encontrar a figura de Marco Antônio, homem que se encontrava em uma posição de evidência frente ao cenário político e militar romano após a morte de César.

Nesse período, possuía a posição de cônsul, desempenhando um importante papel após o assassinato de César, quando, através de ações que pregavam a concórdia, impediu que novos conflitos civis irrompessem em Roma logo após a violenta cena ocorrida entre as paredes do Senado. Antônio possuía, nesta ocasião, certo destaque e, por esse motivo, esperava ocupar importantes cargos na administração romana. De acordo com Robert Gurval (1995: 23), com a chegada do herdeiro de César, os ânimos se exaltam. As disputas pelo poder acirram-se, assim como as contendas entre estes dois homens. Mesmo após a formação do Segundo Triunvirato, onde Otaviano, Antônio e Lépido passam a partilhar o governo de Roma e de suas províncias, as desavenças nunca ficaram de todo esquecidas. É nesse período, em meio aos conturbados elementos que passaram a compor a sociedade romana, que podemos encontrar a produção de construtos ideológicos que representavam de maneiras diversas as figuras de Júlio César, Marco Antônio e Otaviano.

Também nesse momento, em nossa concepção, em concordância com a historiografia que aqui analisamos, Otaviano passa a usufruir de certos meios propagandísticos e ideológicos tanto para legitimar sua posição frente à sociedade

romana quanto para denegrir a imagem daquele que considerava como um de seus principais oponentes, Marco Antônio. Tais construções são utilizadas, inclusive durante a instauração da guerra civil entre estes dois homens. O que foi expresso e a forma de sua expressão foram determinados pela luta pelo poder. A concorrência entre os protagonistas do palco político transformou-se em fator decisivo na elaboração de imagens específicas, as quais foram transmitidas por meios artísticos, propagandísticos e culturais.

É em meio a isto que podemos encontrar determinadas construções acerca das imagens de Augusto, imagens essas que, em nosso entender, se espelham nas figuras de Júlio César e Marco Antônio. Construções que, na documentação eleita para o desenvolvimento dessa pesquisa, intentam transmitir certos constructos ideológicos, onde César aparece como exemplo de bom governante, modelo a ser seguido e perpetuado por seu herdeiro, enquanto Antônio concentra em si os piores vícios e desvirtuamentos morais, características estas que devem ser afastadas de Roma.

Logo, notamos nessas construções novos níveis de sentido, que surgem conforme nos aprofundamos na análise das obras de escritores deste período da História Romana. Tais escritos assimilaram e representaram esta vertente dos acontecimentos de inúmeras formas, com diversos objetivos. Contudo, faz-se necessário salientar que as representações acerca de tais personagens são bastante volumosas e, de certo modo, únicas. Existem inúmeros Augustos, Júlios Césares e Marcos Antônio. Cada representação, assim como nos mostra Roger Chartier (1990: 24), é fruto das concepções próprias de seus autores, de seus contextos históricos, de seus objetos e objetivos. Concordamos com a visão do autor supracitado, quando este interpreta as representações como construções que os grupos fazem sobre suas práticas. Sendo que essas práticas não são possíveis de serem percebidas em sua integridade plena, elas somente existem enquanto representações (1990: 32). Também sobre representações, aproximamo-nos das concepções de Pierre Bourdieu (2007: 447), o qual defende que as representações são sempre determinadas por aqueles que as constroem e pelas sociedades onde

estas estão sendo formuladas. Assim, não seriam construções neutras, pois tendem a infundir determinadas visões de mundo que implicam em escolhas e em condutas. (2007: 448).

Ao observar as inúmeras representações existentes sobre os personagens romanos, principalmente Augusto, no qual aqui nos concentramos, chamou-nos a atenção nas imagens discursivas criadas pelos autores, não apenas as similaridades, mas, principalmente, as diferenças existentes nas descrições de autores de períodos diversos do arco cronológico do Principado Romano. Para entendermos o que são imagens discursivas, partimos do pressuposto de que um documento sempre carrega em si um discurso, o qual não está isento das impressões de seu contexto de produção e, muito menos, como relata Paul Veyne (1998: 34), da subjetividade do autor. Novamente, segundo Bourdieu (2004: 45), o discurso deve ser visto como uma *práxis*, como uma ação do sujeito sobre o mundo. A linguagem enquanto discurso é interação e um modo de produção social, sendo assim, ela não é neutra, inocente ou impensada. Trata-se do lugar privilegiado para a manifestação da ideologia do autor ou da sociedade em que este se insere. É em meio a esta produção discursiva que podemos encontrar, em nossa visão, a criação de imagens discursivas, a elaboração de determinadas representações acerca de indivíduos, suas vidas, seus feitos, suas virtudes e seus vícios; representações estas que possuem a intenção de transmitir a vida deste personagem, de transmitir uma imagem específica deste. Neste sentido, destacamos que as imagens discursivas elaboradas por autores antigos sobre certos personagens, tais como Augusto, são de extrema importância para a compreensão tanto sobre estes homens romanos quanto daqueles que os descrevem e de seus contextos sociais, políticos, econômicos e culturais. Neste momento, levamos em consideração as diversidades existentes no Império Romano, que serão refletidas nos relatos dos autores, diferenças que são expressas através da origem de tais escritores, dos postos que ocuparam em meio à administração romana e do gênero literário que cada um opta por adotar em suas criações.

Selecionamos, em nosso trabalho de pesquisa que aqui apresentamos parte, as obras de cinco autores que se inserem no arco cronológico desse sistema político. São estes: Veléio Patérculo, Plutarco de Queroneia, Caio Suetônio Tranquilo, Lúcio Annaeus Floro e Diôn Cássio. Os documentos utilizados nesta pesquisa consistem na obra de Veléio, *História Romana* – datada do final do século I a.C. e primeira metade do século I d.C. –; nas biografias de Plutarco, *César e Antônio* –, datadas dos séculos I e II d.C. e inseridas em sua obra *Vidas Paralelas*.; e nos trabalhos de Suetônio – *O Divino Júlio* e *O Divino Augusto* – biografias inseridas em seus escritos do II século d.C., as quais receberam o título de *Vida dos Doze Césares*¹⁰; a obra de Floro - *Epítome de Tito Lívio* – datada do século II d.C. e, por fim, a obra de Diôn Cassio – *História Romana* – datada do século III d.C.¹¹.

Como já dito, a escolha de tais obras deu-se tanto pelas diferenças quanto pelas semelhanças, uma vez que, ao utilizarmos as obras de autores diversos, que vivenciaram o Império Romano de maneira distintas, podemos contrapor suas visões sobre esta estrutura política denominada Principado Romano, conseguindo, em decorrência disto, uma visão mais ampla do período como um todo. Além disso, abre-se a possibilidade de constarmos como se dão as similaridades e as disparidades de opiniões acerca dos personagens descritos. Ainda, poderemos perceber como tais características são formadas e concebidas a partir do meio social em que cada autor estava inserido, através da peculiaridade de seus olhares e de suas formas de análise dos fatos.

¹⁰ Suetônio considera Júlio César o primeiro Imperador.

¹¹ Explicitamos que selecionamos tais autores por dois motivos. Inicialmente, eles se inserem no arco temporal do Principado Romano com o qual nos propomos a trabalhar. Por conseguinte, propõe-se a escrever Biografias e Histórias de Roma, gêneros com os quais trabalhamos e aque pretendemos dar continuidade. O autor Tito Lívio, apesar de se encontrar em um período muito próximo dos autores aqui selecionados e de ser o escritor de uma História de Roma, não foi por nós escolhido, pois os volumes de sua obra *Ab Urb Condita*, onde encontraríamos as referências aos personagens romanos Júlio César, Marco Antônio e Augusto estão perdidos, só existindo alguns fragmentos que foram reunidos em um único volume, chamado de *Periochae*, em um momento bem posterior àquele em que a obra foi cunhada.

Adotar o conceito de discurso ao nos referir às documentações estudadas torna-se imprescindível para definir a própria maneira como as tratamos. Sobre esse conceito, adotamos a acepção elaborada por Helena Naganime Brandão (1995), que se refere aos discursos como operadores de conexões entre o nível extralinguístico e o linguístico. Para a autora, o discurso é o resultado do percurso que o indivíduo faz desde a elaboração mental daquilo que intenta expressar até a enunciação desse conteúdo, o qual, por sua vez, é socialmente orientado (BRANDÃO, 1995: 10-12).

Assim, fica evidente que em uma análise do documento que adote esta perspectiva, apenas o estudo linguístico interno não é capaz de abordar todas as características do discurso. É necessário que façamos uma articulação entre o processo linguístico com o social, com as intenções da escrita do texto.

De acordo com Eni Pucinelli Orlandi (1999: 233), o conceito de discurso é um conceito teórico-metodológico usado para definir a maneira de se analisar um texto, a unidade de análise. Na análise do discurso, é necessário se levar em conta as condições de sua produção, interpretando as características discursivas que situam o texto em sua formação. Portanto, a autora supracitada mostra que a análise do discurso não pode prescindir jamais da análise do contexto histórico, político, social e cultural, pois as informações retiradas da documentação não têm sentido próprio se não forem referidos ao seu tempo, espaço e lugar de onde fala o autor. É em concordância com tais perspectivas que nos propomos a analisar os discursos de Veléio, Plutarco, Suetônio, Floro e Diógenes Cássio, compreendendo a exterioridade do que é anunciado.

Em meio aos escritos desses cinco autores, pretendemos encontrar as semelhanças e diferenças nas descrições de Augusto. Intriga-nos que, apesar de serem autores que possuem características diferentes, tais como o período em que se inserem, a região, a posição que ocupam e o gênero de escrita que adotam, conseguimos perceber que todos realizam uma construção benéfica da imagem de Augusto. Contudo, tudo nos leva a crer que as motivações destes ao criarem estas imagens discursivas sobre este imperador são diferentes, característica esta que é

exposta no decorrer das obras e que pretendemos analisar. Tais discursos, são representativos de uma ideologia, de um imaginário social e político; são atores de difusão, de propagação. Transmitem a herança memorial, a reconstrução ou representação do passado a fim de produzir laços de confluência cultural, de acordo com os objetivos do próprio autor dentro de seu contexto e dos valores defendidos por este.

São inseridos nestes discursos que, em nossa visão, podemos encontrar os resquícios de uma construção acerca da imagem de um governante, que por sua vez, responde às questões e necessidades próprias da época. Fazia-se necessário a legitimação do sistema político do Principado Romano que aparecia em solo romano, assim como a legitimação do homem (Augusto) que se colocava como seu detentor. Para nós, a construção da imagem de Augusto servirá também para a tentativa de legitimação de todo o sistema político do Principado Romano, não só de sua época, mas também em períodos posteriores, tais como aqueles em que se inserem nossos autores.

Logo, os relatos discursivos são fundamentais: criam, recriam e propagam; fundamentam ideais através de abordagens que prefiguram a imagem do Imperador, resgatam vínculos e estabelecem ligações entre o passado e o presente. Utilizam da tradição¹² como fonte legitimadora do novo contexto político e social. Tradição esta que, em Roma, era representada pelo *Mos Maiorum*, o qual, segundo Pierre Grimal (1993: 54), significava os costumes ancestrais e os valores tradicionais romanos que permeavam a sociedade.

É proveniente de tais considerações que propomos a análise da imagem do Imperador Augusto passadas pelas obras de Veléio, Plutarco, Suetônio, Floro e Dión Cássio, sempre as compreendendo como reflexos de uma criação imagética, representativa e ideológica própria de um dado momento da história da sociedade romana. Criação esta que não se restringe ao período do governo de Augusto, mas

¹² Entendemos tradição em seu significado mais amplo, ou seja, que significa trazer, entregar, transmitir, ensinar. Logo, tradição é a transmissão de fatos culturais de um povo, é a sua memória cultural. É um conjunto de ideias, símbolos, práticas e representações que permeiam uma dada sociedade, sendo passados entre as gerações de seus habitantes.

enraíza-se pelos anos posteriores, sendo utilizada para explicar, exemplificar e justificar as transformações do sistema político do Principado Romano e a ascensão de novos *Princeps*. Trata-se ainda de percebermos como essa concepção e criação em torno de Augusto faz uso da tradição romana, do *Mos Maiorum*, de seus valores e crenças: é neste momento que se nota a figuração de César e Antônio, importantes personagens romanos, atores principais do período republicano.

Estamos cientes da dificuldade apresentada pela documentação escolhida. Trataremos de obras que são datadas de períodos cronológicos distintos e que apresentam formas de escrita diversas. Veléio, um militar do início do Principado, compôs um *Compendium* de História Romana, onde, através de um novo modelo de escrita, tenta narrar toda a trajetória enfrentada pelos romanos, desde a fundação da cidade até o governo de Tibério, proporcionando aos seus leitores um panorama geral sobre a História que envolve a cidade de Roma.

Lúcio Annaeus Floro, escritor de origem africana dos séculos I e II d.C., escreveu uma Epítome da História de Roma, usando a obra de Tito Lívio como base, apesar desta não ser a única referência documental encontrada em sua obra. Sua Epítome, intitulada de *Epítome de Tito Lívio*, é dividida em dois livros; o primeiro trata desde a fundação da cidade de Roma até a campanha de Crasso contra os partos e, o segundo, relata o período que vai desde as Guerras Civis até 27 d.C., quando Otaviano é proclamado Augusto. Para nós, a obra de Floro não pode ser considerada apenas como uma Epítome de Tito Lívio. Ela se constitui em algo novo, composição própria do autor, onde este apresenta sua própria concepção acerca daquilo que relata e, para isso, utiliza de vasta documentação, não se restringindo apenas aos escritos livianos.

Por sua vez, Dió Cassio, nascido em finais do século II d.C., escreveu na primeira metade do século III d.C. Ele se insere, portanto, em meio à Dinastia Severiana, período que, segundo o pesquisador Jean-Michel Carrié (1999: 32), o Império Romano encontrava-se em mutação. Sua obra, *História Romana*, originalmente escrita em oito livros que abrangiam desde o desembarque de

Enéias até o ano de 229 d.C., é fruto deste momento, onde o autor vivenciou intensamente os acontecimentos do período, ocupando, inclusive, importantes posições políticas em meio à administração imperial, chegando ao cargo de Senador.

Plutarco e Suetônio escrevem biografias. Plutarco, escritor beociano dos séculos I e II d.C., em suas *Vidas Paralelas*, ao narrar a vida de um homem grego ilustre, sempre narra a vida de um romano ilustre, tecendo, no final de suas biografias, breves comparações entre as vidas, os valores morais e os feitos de cada personagem. Em outras palavras, exprime, em suas biografias, todo o hibridismo cultural existente em sua própria vida, já que possuía tripla cidadania: a beociana, onde nasceu, a ateniense, onde estudou e passou parte de sua juventude, e a romana, onde ministrou palestras e desempenhou funções.

Suetônio, portador da cidadania romana, também dos séculos I e II d.C., atém-se a descrever a vida de doze Imperadores Romanos, iniciando com Júlio César, preocupando-se com narrar informações diversas, de âmbitos público e privado. Aqui, mais uma vez, a obra é fruto direto da vivência do autor, posto que Suetônio desempenhou cargos importantes em meio à sociedade imperial romana, tal como a função de *ab epistulis*, que lhe possibilitou o contato com informações privilegiadas acerca dos imperadores, suas famílias, seus feitos e suas administrações.

Porém, como já demonstramos, nosso interesse em analisar obras de caráter narrativos distintos está na percepção de que nelas podemos encontrar, em tempos e em concepções diferentes, inúmeras semelhanças e dissemelhanças, que são representantes de toda uma construção ideológica imperial que se encontrava enraizada em solo romano: a criação de uma figura específica de Augusto, a edificação de sua imagem como bom governante, herdeiro de César, oponente de Antônio, defensor de Roma, criação esta que serviu também para legitimar todo o sistema político do Principado Romano.

Além disso, trata-se de percebermos se os escritores citados, com origens diferentes e formas particulares de escrita, constroem ou não confluências

culturais. Sendo que semelhanças e dissemelhanças são representantes de uma ideologia, de uma representação simbólica criada com o intuito de legitimar tanto o poder do governante quanto o novo sistema de governo que se colocava frente à sociedade romana. Acreditamos ainda que tais características das obras de Veléio, Plutarco, Suetônio, Floro e Dión Cassio podem exprimir uma memória, ao mesmo tempo que expressam sua antítese, o esquecimento.

A *memória*, no sentido primário da expressão, é a presença do passado, a faculdade de reter e recordar este passado. Assim, a *memória* é uma construção psíquica e intelectual, a qual acarreta uma representação do passado de acordo com a pessoa que relembra, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, político e cultural. Por si própria, uma linguagem, um percurso que, ao longo de seu caminho elástico, constrói sua própria narrativa. É uma função humana e social e, por isso mesmo, histórica.

Na perspectiva de Maurice Halbwachs (2006: 35), toda memória é “coletiva”. A questão central na obra de Halbwachs consiste na afirmação de que as lembranças podem se organizar de duas maneiras: agrupando-se em torno de uma determinada pessoa que as enxerga de seu próprio ponto de vista, ou distribuindo-se dentro de uma sociedade, grande ou pequena, da qual são imagens parciais. A partir desta concepção, existiram memórias individuais e memórias coletivas. No entanto, as duas memórias mantêm um diálogo constante, interpenetrando-se com frequência. Logo, o indivíduo participaria dos dois tipos de memória.

Por conseguinte, a memória individual não está inteiramente isolada e fechada. No intuito de evocar o próprio passado, o indivíduo necessita recorrer às lembranças de outros indivíduos, transportando-se para pontos de referências determinados pela sociedade. Para este autor, a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo. Além de concepções sobre a memória, Halbwachs também assinala o papel da lembrança

(2006: 43). Esta seria uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo. Portanto, podem-se criar representações do passado baseadas nas percepções de outra pessoa ou de uma sociedade. As lembranças podem ser simuladas quando entram em contato com as lembranças de outros. Por outro lado, afirma o autor, não há memória que seja somente “imaginação pura e simples” ou representação histórica que tenhamos construído que nos seja exterior, ou seja, todo este processo de construção da memória passa por um referencial que é o sujeito (Halbwachs, 2006: 78). Mais uma vez, o escritor demonstra que a memória individual não está isolada, encontra-se em constante relação com a memória coletiva e, com o que ele denomina com certa cautela, de memória histórica.

Com essa perspectiva, concorda o historiador Peter Burke (2000: 69), o qual nos fala que a memória individual é condicionada pelo coletivo, por aquilo que denomina como memória coletiva e social. Em outras palavras, o meio político, social e cultural, direciona a forma de se recordar de algo e a maneira como esta recordação será utilizada. Partindo-se da premissa de que a memória social, como a individual, é seletiva, faz-se necessário identificar os princípios de seleção e observar como os mesmos variam de lugar para lugar, ou de um grupo para o outro, e como se transformam na passagem do tempo. “As memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade” (BURKE, 2000: 73). Contudo, devemos ter em mente que a memória coletiva não é homogeneizante. Ela é uma somatória das memórias individuais existentes em uma sociedade e sobre determinados aspectos destas.

Como parte integrante da memória, temos o seu reverso, o esquecimento. Este, por sua vez, pode ser ocasionado pelas lacunas no tempo, pelo ato de lembrar, o qual deixa pelo caminho pequenos pontos que fogem à luz da recordação. Também, possui sua outra face, àquela onde o fato de não lembrar, de esquecer, de apagar das linhas da recordação, é algo proposital ou, até mesmo, necessário.

Concordamos com as visões de Luciane Omena e Pedro Paulo Funari (2012: s/p), quando estes ressaltam que a narrativa histórica é realizada a partir de um processo de seleção, de escolha. Aquilo que é narrado parte da escolha do autor, de sua opção do que narrar e como narrar. O mesmo acontece com o esquecimento. O ato de esquecer, assim como o ato de lembrar, não deve ser visto como algo inocente. A ação de não recordar, de retirar das linhas da História determinados dados, acontecimentos ou personagens, possui em seus cernes inúmeras intenções e motivações.

De acordo com Harriet Flower (2006: XIX.), sanções contra a memória na cultura romana é algo profuso, que possui múltiplas facetas e ramificações em várias partes da sociedade romana. Constitui-se em uma forma de legitimação pessoal, em meio de ascensão social, quando não em modo de estruturação de todo um sistema político e social, tal como o Principado Romano. Não nos referimos aqui apenas ao *damnatio memoriae*¹³, que trata de apenas uma parte, de aspecto formal e basicamente político, de todo um fenômeno complexo que abrange o esquecimento em Roma.

Pelo contrário, ao tratarmos de Roma e do ato de não recordar, tentamos abranger suas complexidades e suas diversificadas formas de expressões, que podemos enxergar não só nos monumentos arquitetônicos, nas pinturas, ou mesmo na cunhagem de moedas, mas também em meio aos escritos literários de gêneros variados, tais como as biografias e as denominadas *Histórias*. No decorrer de nossas pesquisas anteriores, podemos perceber que o ato de esquecer não ocorre de maneira única ou direta. Aparece também de forma velada, até mesmo sutil, nas linhas daqueles que se propõe a narrar a trajetória histórica romana. O esquecimento, ou melhor, o por que dele ocorrer, ou de algo não ser mencionado, muito nos interessa quando tratamos a respeito das figuras de Augusto, Júlio César e Marco Antônio. Os jogos de memória, o lembrar e o esquecer, é

¹³ Termo em latim que quer dizer “danação da memória”, no sentido de remover da lembrança. O significado da expressão *damnatio memoriae* e da sanção era cancelar todos os vestígios dessa pessoa da vida de Roma, como se nunca tivesse existido, para preservar a honra da cidade.

recorrente quando tratamos das vidas destes personagens. Ao mesmo tempo, atos honrosos e desonrosos são esquecidos, não lembrados na tentativa de se criar bons e maus governantes, de se legitimar o *Princeps* e, por conseguinte, o Principado.

A era augusteana mudou a maneira do tratamento da memória de tais homens: enquanto as memórias de Augusto e Júlio César eram glorificadas, os esquecimentos sobre Antônio tinham início. Suas imagens pessoais, públicas e políticas passaram por modificações. No caso de Antônio, a sua lembrança é muito mais denegrada do que a dos outros dois. Por exemplo, o Senado atacou sua imagem pública após a derrota na batalha de Áccio (31 a.C.), suas estátuas e inscrições passaram por sanções e sua família foi proibida de usar o *praenomen Marcus*. (FLOWER, 2006: 116). Tais ações refletiam o cenário da época e suas repercussões perpetuaram-se em séculos posteriores, sendo contadas e recontadas, apresentando peculiaridades, mas, também, reminiscências.

É trabalhando dentro dessa perspectiva que abordaremos as obras e as opiniões passadas pelos nossos cinco autores: Veléio, Plutarco, Suetônio, Floro e Dión Cassio. Para além de suas próprias convicções, certas ideias foram transmitidas através do tempo, propagadas em meio à sociedade romana, atingindo pessoas diferentes, de origens diversas e ordens sociais distintas. As diferenças são aparentes em meio às obras dos autores aqui analisados, divergências estas que podem ser dadas pela própria diversidade do Império Romano. Entretanto, há, pontos que se assemelham, convergem-se. Dentre tais pontos, podemos encontrar a idealização da imagem de Augusto, a maneira como este Imperador é relatado, o modo como sua lembrança é retratada, como a memória deste personagem é construída concomitantemente aos esquecimentos. Em outras palavras, os jogos de memória existentes em torno deste personagem, assim como ocorrem com as figuras de César e Antônio.

Ao apresentarem aspectos semelhantes nas representações sobre Augusto, Júlio César e Marco Antônio, podemos notar que, além de nossos autores compartilharem de certos elementos memoriais sobre tais homens, também se apresentam como detentores daquilo que chamamos de hibridismo cultural. Nesse

quesito, concordamos mais uma vez com Burke (2003: 28), o qual nos fala que culturas distintas não permanecem imóveis. O que ele chama de *práticas híbridas* (2003: 28) – a fusão ou assimilação de práticas culturais semelhantes em culturas consideradas distintas – podem ser identificadas na religião, na música, na linguagem, nas festividades, nas artes, na literatura e, até mesmo nas questões ideológicas e nas práticas sociais. Logo, mesmo homens de sociedades consideradas distintas podem partilhar concepções semelhantes acerca de determinados pontos, sobre determinadas questões, tais como encontramos em Veléio, Plutarco, Suetônio, Floro e Dión Cassio.

Apoiando-nos em todas as considerações acima arroladas, elaboramos nossa pesquisa que, neste momento, apresentamos uma parte, com o intento de demonstrar que as imagens discursivas sobre Augusto nas obras de Veléio, Plutarco, Suetônio, Floro e Dión Cássio tentam não só legitimar a figura deste imperador, mas legitimar o sistema político em que estes autores se inseriam, o Principado Romano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

i. Documentação

1. CASSIUS DIO COCCEIANUS (1961). *Roman History*. Introduction, notes and english translation by Earnest Cary. London: William Heinemann, vols. I - III
2. DION CASSIUS (2011). *Histoire Romaine*. Traducción, Introducción et Notes par Guy Lachenaud et Marianne Coudry. Paris: Les Belles Lettres.
3. FLORO (1984). *Epitome of Roman History*. Introduction, Translation and Notes of Edward Seymor Forster. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
4. FLORO (2000). *Epítome de la Historia de Tito Livio*. Introducción, traducción y notas de Gregorio Hinojo Andrés y Isabel Moreno Ferrero. Madrid: Gredos, 2000.
5. HERÓDOTO (2007). *Histórias*. Lisboa: Edições 70.
6. HORÁCIO (2008). *Odes*. Tradução de Jeffrey H. Kaimowitz. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
7. PLINY THE YOUNGER (2009). *Complete Letters*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
8. PLUTARCO, SUETÔNIO (2007). *Vidas de César*. Tradução e notas de Antônio da Silveira Mendonça e Ísis Borges da Fonseca. São Paulo: Estação Liberdade.

9. PLUTARQUE (1995). *Vies Parallèles I*. Traduction: J. Alexis Pierron. Revue et Corrigée par Françoise Frazier. Introduction, notices, notes, bibliographie et chronologie par Jean Sirinelli. Paris: Flammarion.
 10. SUETONE (1975). *Vies des doze Césars*. Préface de Marcel Benabou. Paris: Les Belles Lettres.
 11. SUETONNIUS (2009). *The Lives of Caesars*. Oxford: Oxford University Press.
 12. SUETONNIUS (2006). *The Lives Of The Twelve Caesars – Complete*. Los Angeles: Echo Library.
 13. VELÈIO PATÈRCULO (2001). *História Romana I*. Trad. Maria Assunción Sánchez Manzano. Madrid: Gredos.
 14. VELÈIO PATÈRCULO (2001). *História Romana II*. Trad. Maria Assunción Sánchez Manzano. Madrid: Gredos.
- ii. Obras e artigos**
15. ALBERTO, P. F. (2004). O Simbólico na Construção da Imagem e do Programa Ideológico de Augusto. *Ágora: Estudos Clássicos em Debate*, 6, 27-50.
 16. BALANDIER, G. (2007). *O Poder em Cena*. Brasília: UnB.
 17. BOURDIEU, P. (2007). *O Poder Simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil.
 18. BRANDÃO, H. N. (1995) *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP.
 19. BURNETT, A. - Walker, S. (1981). *The Image of Augustus*. London: British Museum Publications.
 20. BURKE, P. (2003). *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos.
 21. _____. (2000). História como Memória Social. In *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 67-89.
 22. CANFORA, L. (2002). *Júlio César: o ditador democrático*. São Paulo: Editora Estação Liberdade.
 23. CLARK, A. J. (2007). *Divine Qualities. Cult and Community in Republican Rome*. Oxford: Oxford University Press.
 24. CHARTIER, R. (1990). *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand / Dfel.
 25. _____. (2002). *A Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora UFRGS.
 26. ECK, W. (1998). *The Age of Augustus*. Oxford: Blackwell.
 27. FAVRO, Diane. (1996). *The Urban Imagem of Augustan Rome*. Cambridge: Cambridge University Press.
 28. FLOWER, H. (2011). *The Art of Forgetting: Disgrace and Oblivion in Roman Political Culture (Studies in the History of Greece and Rome)*. North Carolina: The University of North Carolina Press.
 29. FUNARI, P.P. - Omena, L. (2012). Memória e Esquecimento: Narrativa sobre imperador romano e senado. *História*, 31, no.1.
 30. GALINSKY, Karl. (1996). *Augustan Culture. An Interpretive Introduction*. Princeton: Princeton University Press.
 31. _____. (2007). The Augustan Succession: An Historical Commentary on Cassius Dio's "Roman History Books" 55-56 (9 B.C. - A.D. 14) by P. M. Swan; Cassius Dio. *The Classical Review*, 57, No. 2, 373-374
 32. GONÇALVES, A.T.M. (1991). *A Figura do Optimus Princeps nos Compêndios de História Romana Produzidos no IV século d.C*. Monografia apresentada ao

Departamento de Graduação em História da UFRJ, IFCS, sob a orientação da Profa.Dra. Norma Musco Mendes.

33. _____. (2002). *A Construção da Imagem Imperial: formas de propaganda nos governos de Septímio Severo e Caracala*. Tese de doutoramento apresentada ao curso de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH da USP sob orientação do Prof.Dr. Norberto Luiz Guarinello.
34. _____. (2006). A Legitimação do Poder Imperial e os Problemas Sucessórios nos Breviários de História Romana produzidos no IV século d.C. *História Revista*, Goiânia, 11, n.1, 1-15.
35. _____. (2007). Septímio Severo e a Consecratio de Pertinax: Rituais de morte e poder. *História*, São Paulo, 26, n°1, 20 – 35.
36. GRIMAL, P. (1992). *Virgílio ou o segundo nascimento de Roma*. São Paulo: Martins Fontes.
37. GURVAL, R. (1995). *Actium and Augustus: the Politic and Emotions of Civil War*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
38. HALBWACHS, M. (2006). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro.
39. HUZAR, E. (1978). *Mark Antony*. Minnesota: University of Minnesota.
40. Nèraudau, Jean-Pierre. (1996). *Auguste: La Brique et le Marbre*. Paris: Les Belles Lettres.
41. OMENA, L. M. (2009). *Pequenos Poderes na Roma Imperial. Os setores subalternos na ótica de Sêneca*. Vitória: Flor & Cultura.
42. ORLANDI, E. (1999). *Análise de discurso. Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes.
43. VEYNE, P. M. (1998). *Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História*. Brasília: Editora UNB.
44. YAVETZ, Z. (1983). *Julius Caesar and His Public Image*. London: Thames & Hudson.
45. _____. (1984). *La plebe et le Prince. Foule et vie politique sous le haute – empire romain*. Paris: Éditions la découverte.
46. ZANKER, P. (1988). *The Power of Imagens in the Age of Augustus*. Michigan: University of Michigan Press.